

# CONTABILIZAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL X INIC / VI EPG - UNIVAP 2006

**Ana Claudia Batista Ribeiro, Jonas Comin de Campos<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas, Rua Francisca Maria de Souza, 299, Vila Rangel – S.J. Campos - SP, [anaclaudiamagrela@ig.com.br](mailto:anaclaudiamagrela@ig.com.br)

<sup>2</sup>Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade do Vale do Paraíba – Avenida Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – CEP 12244-000 – São José dos Campos, SP, Brasil.  
E-mail: [comin@uol.com.br](mailto:comin@uol.com.br)

**Resumo-** O Capital Intelectual é sem dúvida, um dos fatores responsáveis pela geração de riquezas nas organizações, representando maior competitividade e melhores resultados futuros. Podemos notar que torna-se cada vez maior a diferença entre o valor contábil do patrimônio de uma empresa e seu valor de mercado. Entretanto por se tratar de algo tão subjetivo, estes ativos intangíveis não vêm sendo demonstrados atualmente, pois entram em conflito com um dos pilares da teoria contábil, a objetividade. Para a mensuração desses intangíveis é necessário ir além de informações numéricas e quantitativas, levando em consideração questões sociais, ambientais e psicológicas com o objetivo de oferecer informações reais que servirão de base para tomada de decisão. Atualmente, não existem regras e normas para contabilização do Capital Intelectual, apenas, estudos e algumas propostas por parte de órgãos competentes e acadêmicos, porém, é notória a necessidade e urgência da contabilização do Capital Intelectual.

**Palavras-chave:** Capital Intelectual – Ativos Intangíveis – Capital Humano

**Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

## Introdução

Estamos vivendo a era do conhecimento e da informação, surgem novas tecnologias e são exigidas cada vez mais habilidades e competências. A valorização do capital físico dá lugar à valorização do ser humano, do indivíduo e de suas habilidades e conhecimentos capazes de gerar riquezas e contribuir para o crescimento da organização na qual está inserido.

Com a percepção de que o ser humano é um ativo raro e que o investimento neste grupo de ativo representa maior competitividade e melhores resultados futuros, surge a necessidade de mensurar e demonstrar esse ativo intangível no balanço patrimonial.

A contabilidade tradicional tem muitas limitações e uma grande normatização dos rígidos princípios, e, tratando-se de ativos intangíveis, subjetivos, de difícil mensuração e estimação de vida útil, o Capital Intelectual não é evidenciado nas atuais demonstrações contábeis. Existe também a preocupação com a supervalorização do *goodwill* gerado através do investimento em recursos humanos na empresa.

“Uma organização é um grupo humano, composta por especialistas que trabalham em conjunto em uma tarefa comum” (*Drucker; 1997:27*). Hoje, o ser humano, este ativo raro e de grande valor, que tem potencial de gerar

benefícios futuros para a empresa não é contabilizado.

Para que os balanços patrimoniais evidenciem a realidade, é necessário levar em consideração além de informações econômicas e financeiras, as informações sociais, ambientais e humanas.

O objetivo do trabalho é esclarecer o conceito de capital intelectual e demonstrar a importância da contabilização dos ativos intangíveis, enfatizando a necessidade da criação de regras e normas por parte dos órgãos regulamentadores, para que seja demonstrado o real valor do patrimônio das empresas.

## Materiais e Métodos

Este trabalho foi elaborado utilizando como base informações levantadas através da pesquisa, análise e seleção bibliográfica de livros, periódicos sobre Administração de Empresas e boletins informativos sobre assuntos contábeis. Alguns artigos publicados em sites na internet também serviram de base para elaboração do trabalho.

## Resultados

O resultado do trabalho elaborado, foi de grande importância, pois, proporcionou conhecimento sobre o conflito entre as normas

contábeis vigentes e a praticidade da mesma na realidade de mercado.

Ficou claro também, que é fundamental a inclusão do Capital Intelectual nas demonstrações contábeis, para que os usuários de tais informações possam melhor analisar, gerenciar e tomar decisões.

## Discussão

A definição de capital intelectual segundo a *Fasb Apud Wernke* (2001) é:

- “ativos intangíveis combinados que permitem a companhia funcionar e manter uma vantagem competitiva;
- a diferença entre o valor real de mercado da companhia e o valor real de mercado de ativos tangíveis menos passivo da companhia”.

Ativos intangíveis são aqueles que não possuem propriedade física, por exemplo, marcas, patentes, direitos industriais e outros, diferentemente dos ativos tangíveis como prédios, equipamentos, máquinas, etc.

Podemos afirmar que capital intelectual é o responsável pela geração de lucros nas empresas, e que estes lucros podem ser aplicados na geração de novos ativos tangíveis ou intangíveis como por exemplo o *goodwill*.

O *goodwill* nada mais é do que a diferença entre o valor contábil e o valor negociado da empresa, ou seja; é o valor agregado à empresa no decorrer de sua existência. *Ludícibus*, define três tipos de *goodwill*:

- “*goodwill* do tipo 1: “como excesso de preço pago pela compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos”
- o *goodwill* do tipo 2: “nas consolidações, como excesso de valor pago pela companhia-mãe por sua participação sobre os ativos líquidos da subsidiária”
- o *goodwill* do tipo 3: “como o valor atual dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade”

Esse último é conhecido como *goodwill* subjetivo, e tratando-se de custo de oportunidade e resultados futuros esperados, entra em conflito com um dos pilares da teoria contábil, a objetividade.

Segundo *Maria Thereza Pompa Antunes*, “*goodwill* e Capital Intelectual fazem parte do mesmo fenômeno, pois, os fatores que identificam a existência de um valor a mais numa organização, e que integram o Capital Intelectual, já faziam parte do *goodwill*”. A autora afirma ainda que, mesmo identificando e mensurando o Capital Intelectual, o *goodwill* continuará existindo; chegamos, então, ao ponto em que Capital Intelectual é igual a *goodwill* ampliado. Atualmente

este valor é reconhecido no momento da venda da empresa e contabilizado como *goodwill*..

Conclui-se, então, que Capital Intelectual é igual a benefícios tangíveis e intangíveis e que está diretamente associado à capacidade dos ativos intangíveis de gerar lucros futuros para a empresa.

Existem várias formas de definir Capital intelectual, porém, a maioria delas acompanha a seguinte linha de raciocínio:

CI = VM – VC, em que CI é igual a capital intelectual, VM é o valor de mercado, ou valor que alguém estaria disposto a pagar pela empresa, e VC é o valor contábil encontrado no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial.

Existem 3 capitais a saber:

- Capital Humano
- Capital Estrutural
- Capital de Clientes

O Capital Humano está diretamente ligado às pessoas, ao investimento em treinamento, capacitação e desenvolvimento das habilidades do ser humano. É essencial que a organização faça alocação do funcionário em função de suas habilidades. O capital humano envolve o número de empregados, seu nível de satisfação, motivação, rotatividade, índices de liderança, criatividade e conhecimento acumulado. Compreende os benefícios que o indivíduo pode propiciar para a organização.

O Capital Estrutural é aquilo que serve de apoio para o ser humano desenvolver seu trabalho; ou seja; o banco de dados, software, a própria filosofia e crenças da corporação. Envolve também os processos, técnicas de execução do trabalho, as patentes, novas idéias, sistema de informação, ISO 9000, programas, etc.

O Capital de Clientes diz respeito à participação no mercado, volume de negócios, inovação em pesquisas e desenvolvimento, e o nível de satisfação dos clientes. É a solidez e lealdade do relacionamento com os clientes da empresa.

Vale lembrar que o capital humano não é sinônimo de capital intelectual, e sim, componente do capital intelectual, juntamente com o capital estrutural e capital de clientes.

Segundo *Maria Thereza Pompa Antunes*; “reconhecer o conhecimento como recurso econômico implica em valorização do ser humano, que trará benefícios intangíveis responsáveis pelas alterações do Patrimônio da empresa”. O desafio é liderar, administrar e motivar pessoas que trabalham em empresas cuja matéria prima principal é o Conhecimento.

*David Norton* afirma que “o capital humano é o alicerce da criação do valor. O ativo, que é o mais importante, é também o menos compreendido, o menos propenso a medições e consequentemente, o menos suscetível de

administração”. Isso porque o ser humano envolve variáveis que vão além do Quociente de Inteligência (QI), abrangendo também variáveis como a Inteligência Emocional, que envolve motivação, habilidade de auto controle, empatia e relacionamento com os demais membros da organização.

A mensuração desses ativos, quando assim reconhecidos, deve ir além da representação numérica e quantitativa, tomando proporções sociais, ambientais e psicológicas para oferecer informações reais que servirão de base para tomada de decisão. Por se tratar de algo tão complexo, a maioria das empresas não divulga tais informações.

A primeira empresa a divulgar relatórios contendo informações sobre Capital Intelectual foi a *Skandia*, empresa da Escandinávia, que opera no ramo de serviços financeiros e de seguros. A *Skandia* teve como base para suas pesquisas e publicações sobre o Capital Intelectual, o trabalho publicado em 1998 por *Leif Edvinsson* e *Michael S. Malone* “*Capital Intelectual – Descobrimos o Valor Real de sua Empresa pela Identificação de seus Valores Internos*”, onde afirmam que “o interesse em entender a diferença entre o valor contábil de uma empresa e seu valor de mercado sempre existiu, o que se modificou foi a forma de entender esta diferença. Antes ele era atribuído a fatores inteiramente subjetivos e que portanto, jamais poderiam ser medidos empiricamente”. *Edvinsson* coloca também que “o estudo do capital intelectual pode ser visto como a procura de maneiras para captar, elucidar e alavancar de forma sistemática as informações subjetivas, semi-ocultas que se encontram escondidas nas notas explicativas”.

O primeiro passo para o desenvolvimento do *navegador de Skandia*, foi o levantamento de itens ocultos que possuíam valor, mas não eram demonstrados na contabilidade. Alguns fatores de sucesso foram divididos em focos e maximizados, como:

- a) foco financeiro (demonstrações contábeis tradicionais);
- b) foco no cliente (momento presente);
- c) foco no processo (momento presente);
- d) foco de renovação e desenvolvimento (alicerce, base para o futuro);
- e) foco humano (força ativa na organização).

Em cada área foram estabelecidos indicadores que tornaram possível a avaliação do seu desempenho. Partindo do valor de mercado da empresa, obtido no mercado acionário, iniciou-se o cálculo de forma dedutível, chegando-se ao seguinte resultado:  $CI = VM - VC$ .

Apesar do grupo *Skandia* ter ousado e divulgado tais informações, até o momento, não houve nenhuma publicação por parte de órgãos competentes como *IBRACON*, *CVM* ou *CFC* de

normas e regras para contabilização do Capital Intelectual.

A *Fasb* (*Financial Accounting Standards Board*) selecionou e propôs algumas medidas para o Capital Intelectual, mas trata-se somente de uma proposta:

- valor do capital intelectual (\$)
- custo com empregados / vendas (%)
- informações do valor de mercado das ações (\$)
- custo de promoção / vendas (%)
- valor capitalizado de tecnologia da informação / lucro líquido (%)

As dificuldades encontradas na mensuração do Capital Intelectual ocorrem não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Atualmente, algumas demonstrações abordam indiretamente aspectos do Capital Intelectual como, por exemplo: a Demonstração do Valor Agregado, o Valor Econômico Adicionado, o Balanço Social.

Órgãos competentes, profissionais e acadêmicos continuam os estudos e pesquisas sobre as formas de contabilização do Capital Intelectual. É urgente e necessária a mensuração e demonstração do Capital Intelectual.

## Conclusão

Com a passagem da era industrial para a era do conhecimento, surgiu o Capital Intelectual, fruto das habilidades do ser humano, do conhecimento e de novas tecnologias, porém, a estrutura contábil atual ainda não está preparada para trabalhar informações tão subjetivas como os elementos intangíveis que formam o Capital Intelectual.

É evidente que, além da necessidade de criação de normas para contabilização por parte de órgãos regulamentadores, é necessário que as organizações, também, estejam estruturadas para gerar e gerenciar as informações referentes ao Capital Intelectual, pois o Capital Intelectual é resultado da união do capital humano, estrutural e de clientes.

A tendência da teoria contábil é acompanhar o desenvolvimento social e econômico; então, acredita-se que, conforme a sociedade evolui, a teoria deve ser ajustada de acordo com as necessidades da sociedade. Este é o grande desafio para os contadores e estudiosos da área contábil, criar ferramentas que possibilitem a demonstração do valor real do patrimônio das empresas modernas sem que a qualidade das informações seja comprometida.

## Referências

- ANTUNES, Maria Thereza Pompa. Capital Intelectual. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
  
- ARRUDA, Carlos, e ROCHA, Simone. Aplicação de Ferramenta de Medição de Capital Intelectual em uma Empresa Industrial. Revista de Práticas Administrativas. V.2, n.1. p. 5-16, jul/ago. 2005.
  
- KRAMER, Maria Elisabeth Pereira. Artigo disponível em:  
<http://www.geotiopolis.com/canaless5/fin/mensuracao.htm>
  
- LINKE, Ivanete. Artigo disponível em:  
[http://www.crcpr.org.br/novo/publicacoes/revista/141/importancia\\_recursos.htm](http://www.crcpr.org.br/novo/publicacoes/revista/141/importancia_recursos.htm).
  
- LOPES, JOÃO FRANCISCO. Capital Intelectual Contribuição à sua Mensuração e Classificação Contábil. 1 ed. São Paulo: Associação de Ensino de Itapetininga, 2001.
  
- SOUZA, Benedito Felipe de, e REIS, José Augusto Meirelles. Publicação Boletim Ibracon. Ano XXIV, n. 279. p. 3-10. Agosto 2001.